



Associados aprovam as contas de 2010, no melhor resultado da COOPSEF

Reunidos em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 07 de fevereiro no auditório do prédio-sede da COOPSEF, os associados aprovaram, por unanimidade, as contas do exercício de 2010, confirmando o maior resultado obtido pela Cooperativa nos seus 30 anos de fundação e decidindo pela forma de distribuição das Sobras Líquidas. Ainda em A.G.O, os associados presentes elegeram os membros do Conselho de Administração para o período 2011/2015, e para o Conselho Fiscal exercício 2011/2012. No início da Assembleia, para surpresa geral, o diretor-presidente Dilson José de Resende anunciou seu afastamento da Cooperativa, motivado pela necessidade de cuidar de problemas de saúde.

Leia Editorial e matérias publicadas nas páginas 2 a 6

Diretores tomam posse

Em solenidade ocorrida no auditório do prédio-sede da Cooperativa, tomaram posse os novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da COOPSEF, após a homologação pelo Banco Central do Brasil. Houve ainda o descerramento de uma placa em homenagem ao ex-diretor-presidente Dilson José de Resende, agora "Presidente de Honra".

Páginas 7 a 9



UMA VIDA A VENCER DESAFIOS

Dilson José de Resende é Diretor Presidente da COOPSEF (Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais)



Acredito que o primeiro instante de nossa vida é o desafio de viver. O segundo é o de viver enfrentando desafios. Para enfrentá-los e vencê-los, devemos estar preparados. Não é tão fácil assim, mas é a saída. Decorridos 30 anos do convite que fiz a um grupo de colegas fazendários para criar a COOPSEF e vê-la se transformar na segunda maior cooperativa de crédito de Minas Gerais, decidi pedir meu afastamento. Afastar-me da COOPSEF é um enorme desafio. Faço isso para vencer outro: cuidar de minha saúde.

Comuniquei formalmente esta minha decisão aos membros do Conselho de Administração. Antes, havia sido convidado para liderar um grupo e participar do Conselho de Administração, disputando a eleição para o período 2011/2015.

Aceitei, mas tive que recuar pressionado por alguns problemas de saúde. Não é nada tão grave que não possa ser superado com um pouco mais de cuidados.

Afasto-me e ao mesmo tempo me mantereí presente. Ao longo desses 30 anos dediquei atenção especial à COOPSEF, que acabou se tornando parte de minha família. Uma família composta por um grande número de amigos, que sempre me apoiaram e me incentivaram a continuar trabalhando pelo benefício de todos. Sou muito grato pelo reconhecimento de meu trabalho à frente desta Cooperativa.

Por tudo isso, sinto-me à vontade para continuar colaborando e vendo esta Cooperativa crescer e gerando benefícios para todos os associados. Aproveito a oportunidade para agradecer por terem aprovado durante AGO do dia 07 de fevereiro, por unanimidade, as contas do exercício de 2010. A aprovação é mais do que uma demonstração da confiança dos associados nos dirigentes e funcionários da Cooperativa.

Agradeço também por elegerem os novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que têm meu total apoio, por considerá-los aptos a manter muito bem administrada a nossa COOPSEF.

Obrigado por tudo e recebam um afetuoso abraço.

NOSSO PRESIDENTE DE HONRA

Ao decidirem concorrer à eleição para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, na AGO de 07 de fevereiro/2011, 14 servidores fazendários convidaram Dilson Resende para liderar o grupo. Convite aceito, eles tornaram público os nomes dos componentes do grupo. No dia da inscrição da chapa, o grupo foi surpreendido com o pedido de afastamento formalizado em carta por Dilson Resende e justificado pela necessidade de cuidar de problemas de saúde.

O grupo entendeu as razões apresentadas e todos foram unânimes em destacar a dedicação, o entusiasmo e o trabalho desenvolvidos pelo diretor-presidente no decorrer desses últimos 30 anos. É comum ouvir que "o nome do Dilson se confunde com o nome da COOPSEF". Por isso, estarão sempre associados um ao outro.

Por tudo o que o Dilson fez pela COOPSEF, os membros do Conselho de Administração recomendaram de imediato que fosse levada à Assembleia Geral proposta de concessão do título de "Presidente de Honra". Na opinião de todos, Dilson José de Resende será sempre o "eterno" Presidente da COOPSEF.

Expediente

Informativo da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda.

Av. Brasil, 1660 • PABX: (31) 3269.5700 • Fax: (31) 3269.5724 • www.coopsef.com.br • coopsef@coopsef.com.br • Ouvidoria - 0800 283 4086

Conselho de Administração: Efetivo - Álvaro César Cunha, Antônio de Ávila e Silva, Célio Marcos Pontes de Albuquerque, Geber Soares de Oliveira, Mauro Ernani Nascimento, Nelson Gomes de Souza, Rita da Penha Ventrórim Glória Leal
Suplentes - Celmar Silveira e João Feliciano Nunes

Diretoria Executiva: Antônio de Ávila e Silva (diretor-presidente), Álvaro César Cunha (diretor-administrativo), Célio Marcos Pontes de Albuquerque (diretor-financeiro)

Conselho Fiscal: Efetivo - Geraldo Magela Cota, Múcio Batista de Souza e Oscar Dias Silva

Suplentes - Ângela Maria Barbosa, Carlos Eugênio Souto Maior Filizola e José Luiz Martins de Oliveira

Jornalista Responsável: Álvaro César Cunha - MG02183JP

Diagramação, composição e arte: Rosane Mandacaru (31) 8784.9487 • Tiragem: 7.500 exemplares • Circulação: Distribuição Gratuita



Associados vibram com resultado de sua COOPSEF

Reunidos em AGO, cooperados avaliam e aprovam, por unanimidade, as contas do exercício 2010 apresentadas pela Diretoria. Entusiasmados, decidem ainda pela distribuição das Sobras Líquidas, a maior da história da Cooperativa

A COOPSEF completa 30 anos de fundação e come-mora este importante feito com o melhor resultado de sua história. No exercício de 2010, as Sobras brutas somaram R\$ 8,07 milhões e as líquidas, R\$ 4,16 milhões. A distribuição desse valor líquido foi decidida e aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 07 de fevereiro de 2011, no auditório do prédio-sede da Cooperativa, com a presença de mais de 130 associados.

Para a realização da AGO foram cumpridas todas as disposições legais, com publicação e ampla divulgação do Edital de Convocação. A Assembleia foi aberta pelo diretor-presidente Dilson José Resende, acompanhado na mesa diretora dos trabalhos pelo diretor-financeiro Antônio de Ávila e Silva, diretor-administrativo Álvaro César Cunha, pelo coordenador do Conselho Fiscal, Geber Soares de Oliveira, e pelo representante da Central das Cooperativas (Sicoob/Cecremge), Raimundo Sérgio Campos.

Antes de iniciar a AGO, os associados receberam um farto material contendo cópias do Relatório do Conselho de Administração relativo a 2010, notas explicativas às demonstrações contábeis, Edital de Convocação e outros. Foi observado que a maioria dos associados teve o cuidado de fazer, mesmo que rápido, uma leitura do material recebido, conhecendo antecipadamente o que seria exposto de forma bem clara para todos os presentes à Assembleia, que transcorreu num clima de muita responsabilidade e participação.



Presidente Dilson se afasta e justifica

Cumprindo o primeiro item do Edital, os cooperados presentes elegeram, por unanimidade, os novos membros do Conselho de Administração para o exercício 2011/2015, e do Conselho Fiscal 2011/2012, que concorreram em chapa única. O detalhe foi a ausência do nome do diretor-presidente Dilson José de Resende, no comando da COOPSEF há quase 30 anos.

Ele mesmo, Dilson Resende, explicou o motivo de sua ausência, recomendando ao diretor-administrativo

Álvaro Cunha que lesse a correspondência em que solicita aos membros do Conselho de Administração o seu afastamento para tratar de problemas de saúde.

No final de sua carta, afirma: "Afasto-me sem me ausentar. Mantenho-me presente, acompanhando a trajetória da Cooperativa. Estou certo de que o grupo que se candidata é o que apresenta as melhores condições para administrar os interesses da COOPSEF. Merece meu apoio e o de todos os associados".



Eleição do Conselho de Administração

Passando à votação, conforme previstos no Estatuto Social e no Regimento Eleitoral, foram eleitos, por aclamação, os membros do Conselho de Administração Antônio de Ávila e Silva, diretor-presidente; Célio Marcos Pontes de Albuquerque, diretor-financeiro; Álvaro César

Cunha, diretor-administrativo; Geber Soares de Oliveira, efetivo; Mauro Ernani Nascimento, efetivo; Nelson Gomes de Souza, efetivo; Rita da Penha Ventrorm Glória Leal, efetivo; Celmar Silveira, suplente; João Feliciano Nunes, suplente.

Novos membros do Conselho Fiscal

Para o Conselho Fiscal foram eleitos Geraldo Magela Cotta, efetivo; Múcio Batista de Souza, efetivo; Oscar Dias Silva, efetivo; Ângela Maria Barbosa, suplente; Carlos Eugênio Souto Maior Filizola, suplente; e José Luiz

Martins de Oliveira, suplente. Tanto os membros do Conselho de Administração quanto os do Conselho Fiscal tiveram seus nomes submetidos ao Banco Central do Brasil para homologação.

“Equipe que está vencendo deve ser mantida”

Frase ouvida durante a A.G.O., após a eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal.



Contas são apresentadas e aprovadas

Associados recebem farto material sobre os resultados e diretor-financeiro expõe os números de forma clara e objetiva

Cumprindo o Edital, passou-se para a demonstração de resultados e as demais contas do exercício de 2010. Assumindo a palavra, o diretor-financeiro Antônio de Ávila expôs de forma clara e objetiva sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2010, tendo o cuidado de explicar em detalhes cada um dos números.

Ele destacou que a Cooperativa mesmo concorrendo

em desigualdade de condições com os bancos tradicionais, consegue oferecer a taxa mais adequada de juros em seus empréstimos e a melhor remuneração para as aplicações de seus associados. Os cooperados têm reconhecido essas vantagens e vêm concentrando cada vez mais suas operações na COOPSEF, contribuindo para alavancar seus resultados, acrescentou.

Com gráficos, o diretor-financeiro mostrou o crescimento das Disponibilidades e Aplicações, o aumento no montante dos Empréstimos, nos Depósitos a Prazo, no Capital Social e na Reserva de Lucros. “Temos uma Cooperativa em excelente situação financeira” – exaltou Antônio de Ávila.





Decidida a distribuição das Sobras

Ao tratar do item Destinação do resultado do exercício de 2010, ficou ainda mais evidenciada a satisfação dos associados com o desempenho da COOPSEF. Das Sobras brutas apuradas em 2010, no valor de R\$ 8.074.982,59 (oito milhões, setenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) foram deduzidos R\$ 2.897.283,97 (dois milhões, oitocentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), referentes a juros ao Capital, creditados aos associados em 31 de dezembro de 2010.

Do valor líquido de R\$ 5.177.698,62 (cinco milhões, cento e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos) foram destinados, conforme determina a legislação vigente, 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva, no valor de R\$ 517.769,86 (quinhentos e dezessete mil, setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos); 5% (cinco por cento) para o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), no valor de R\$ 258.884,93 (duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos).

Já o valor líquido de R\$ 232.328,68 (duzentos e trinta e dois mil, trezentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos), decorrentes de Atos não Cooperativos, foi transferido integralmente para o FATES.

Sobras líquidas

Deduzidos esses valores em cumprimento de dispositivos legais, as Sobras líquidas somaram R\$ 4.168.715,15 (quatro milhões, cento e sessenta e oito mil, setecentos e quinze reais e quinze centavos). Esse total será distribuído proporcionalmente às operações realizadas pelos associados com a COOPSEF.

Antes de submeter à forma de distribuição das Sobras à apreciação e votação dos associados presentes, Antônio de Ávila lembrou sobre a importância de se manter os recursos na COOPSEF, como forma de ter a Cooperativa sempre bem capitalizada. Nos últimos anos, recordou o diretor-financeiro, mais da metade dos associados tem evitado sacar, garantindo assim uma poupança, com ótima remuneração ao final do exercício.

Detalhe importante

E tem mais um detalhe importante, ressaltou o diretor-financeiro. Neste ano, cumprindo o disposto na Lei Complementar 130/09, foram creditados, no dia 31 de dezembro, juros diretos ao Capital. Ou seja, todos tiveram o valor de seu Capital corrigido nessa data, mas essa correção não pode ser sacada pelos associados. Só pode ser sacado o valor das Sobras creditado sobre as operações relativas a empréstimos, uso do Cheque Especial ou aplicações, feitas pelo associado ao longo de 2010 com a COOPSEF.



Empossada nova Diretoria da COOPSEF

Cooperados prestigiam a posse e reafirmam apoio e confiança nos novos administradores da Cooperativa

Uma solenidade simples, marcada pelo espírito cooperativista e por evidente manifestação de confiança na administração da COOPSEF pelo período 2011/2015. Assim foi a posse dos novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, após a homologação dos respectivos nomes pelo Banco Central do Brasil. Realizado no auditório do prédio-sede da Coopsef, o evento contou com a participação de vários cooperados, que prestigiaram os empossados e reafirmaram apoio ao novo grupo responsável pela condução dos negócios da COOPSEF.

Eleitos na Assembleia Geral Ordinária, de 07/02/2011, foram empossados no Conselho de Administração Antônio de Ávila e Silva, como diretor-presidente; Célio Marcos Pontes de Albuquerque, diretor-financeiro; e

Álvaro César Cunha, diretor-administrativo, tendo como membros efetivos Geber Soares de Oliveira, Mauro Ernani Nascimento, Nelson Gomes de Souza e Rita da Penha Ventorim Glória Leal. Como membros suplentes Celmar Silveira e João Feliciano Nunes. A ausência de Geber Soares foi justificada em razão de questões pessoais.

No Conselho Fiscal foram empossados os membros efetivos Geraldo Magela Cotta, Múcio Batista de Souza e Oscar Dias Silva, sendo suplentes Ângela Maria Barbosa, Carlos Eugênio Souto Maior Filizola e José Luiz Martins de Oliveira. Todos os conselheiros manifestaram sua satisfação em poder continuar contribuindo e reafirmaram o compromisso de trabalhar muito pela manutenção do sucesso da COOPSEF alcançado, principalmente, nos últimos anos.





Emoção incontida

Ao fazer sua despedida, o ex-diretor-presidente e agora presidente de Honra da COOPSEF, Dilson José de Resende, não conseguiu conter sua emoção e recebeu, em solidariedade, uma grande salva de palmas. Com a voz embargada, disse que se afastava da presidência, mas que continuaria presente. “Quero viver muito ainda para continuar vendo a Cooperativa crescer, gerando mais benefícios para todos os associados” - bradou. Agradeceu pelo apoio recebido ao longo dos últimos 30 anos e pediu a todos que, de mãos dadas, fizessem uma oração.

Um amigo de todos

Em seguida, Antônio de Ávila e Silva, diretor-presidente empossado, destacou o papel de Dilson Resende à frente da COOPSEF, sua amizade e respeito pelos companheiros, numa relação recíproca e verdadeira. “Dilson, com seu jeito próprio de conversar e tratar as pessoas sempre cativou a todos e com espírito

cooperativista transformou um sonho em realidade. Hoje, a COOPSEF é a segunda cooperativa de crédito de Minas Gerais” – sustentou o diretor-presidente.

Para este trabalho, afirmou ele, muito contribuiu a atuação dos funcionários, que servem de elo entre a Cooperativa e seus associados. “Os funcionários sabem da importância do associado para a COOPSEF. Enquanto nos bancos o cliente é conhecido pelo número de sua conta corrente, na Cooperativa ele é tratado pelo nome, como o verdadeiro dono da instituição. Portanto, merece respeito e tratamento diferenciado. Continuamos contando com os funcionários para o bom atendimento ao associado e funcionamento da COOPSEF” – ressaltou.

Ainda em relação ao ex-diretor-presidente, Antônio de Ávila destacou outras qualidades e concluiu afirmando que “numa instituição as pessoas passam, mas você, Dilson, permanecerá sempre na COOPSEF, agora também como nosso eterno Presidente de Honra”. Sua afirmação foi seguida de outra salva de palmas, abraços e cumprimentos ao ex-diretor-presidente.





Placa em homenagem ao “Presidente de Honra”

Ainda como parte do evento de posse, foi inaugurado, de forma destacada, o retrato do ex-diretor-presidente Dilson José de Resende, como “Presidente de Honra”, e do recém-empossado diretor-presidente Antônio de Ávila e Silva. Também houve o descerramento da placa com o título de “Presidente de Honra” conferido pelos participantes da Assembleia Geral Ordinária, de 02 de fevereiro deste ano, ao ex-diretor-presidente Dilson José de Resende, com a presença dos novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A placa está fixada na parede do lado direito de quem entra no prédio-sede da Cooperativa, na avenida Brasil, 1660, cuja homenagem é de todos os associados da COOPSEF.





DILSON E SUA MISSÃO

“Um passo importante para uma pessoa; um salto imenso para milhares de outras”. Assim, lembrando quase expressão utilizada pelo astronauta Neil Armstrong ao pisar na Lua, podemos cunhar a trajetória do presidente Dilson José de Resende à frente da COOPSEF. Há mais de 30 anos, após convencer um grupo de servidores fazendários a criar a nossa Cooperativa, Dilson fez valer uma grande vontade pessoal e conseguiu erguer uma “sólida e solidária” instituição geradora de benefícios para muita gente.

No final dos anos de 1970, uma pesquisa da área de Recursos Humanos da SEF apontou grave situação financeira dos servidores fazendários de menor remuneração. Muitos pegavam dinheiro emprestado por agiotas e pagavam até 60% de juros num único mês. Tal situação provocava problemas sobre o rendimento no trabalho e trazia sérios prejuízos para sua vida particular e familiar.

Cooperativismo

Com base nessas informações, Dilson Resende buscou uma forma de ajudar esse grupo de pessoas e encontrou no cooperativismo a alternativa mais adequada. Decidido a criar uma cooperativa, convocou os amigos, formou um grupo, convenceu os descrentes e recebeu apoio suficiente para viabilizar sua idéia.

Após várias providências para cumprir o disposto na legislação vigente, conseguiu o registro junto ao Banco Central do Brasil. Estava criada, em 22 de novembro de 1980, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF.



Prioridade

De lá para cá, a COOPSEF tem cumprido a promessa de trabalhar com taxa de juro abaixo das oferecidas no mercado financeiro, criando condições para amenizar a situação financeira de muitos associados. Num primeiro momento, a Cooperativa atendeu prioritariamente aqueles que mais necessitavam de recursos. Hoje, em melhor condição financeira, consegue atender a todos os seus associados, indistintamente. Passou pela análise de crédito, leva o dinheiro.

Dilson Resende é o primeiro a comemorar essa realidade. Com seu conhecido estilo agitado, irônico, aflito, ajeitando sempre os “cabelos” com as mãos, ele vibra ao falar da COOPSEF. “Temos a melhor Cooperativa de Minas Gerais. Na verdade, do Brasil. Soubemos superar difíceis obstáculos, como os desastrosos planos econômicos da era Collor e Sarney, para chegarmos onde estamos. Mas nada disso teria acontecido se não fossem os associados, que a cada dia acreditam mais

na sua COOPSEF”.

Ao longo desses anos, Dilson Resende vem sustentando que precisamos ter uma Cooperativa “sólida e solidária”. Para isso, os associados devem continuar centralizando suas operações na COOPSEF e consumindo seus produtos e serviços. No final, todos ganham e a Cooperativa se fortalece e se pereniza.

Consolidação

Foi com esses ensinamentos, sua vontade, entusiasmo e espírito cooperativista que Dilson José de Resende contribuiu para criar e consolidar a COOPSEF, a segunda maior cooperativa de crédito mútuo do Estado. Seu trabalho e seu nome são reconhecidos no meio cooperativista de Minas Gerais e também fora do Estado.

Por tudo isso, os associados da COOPSEF são gratos ao Dilson Resende e rendem as mais sinceras homenagens ao seu “eterno” diretor-presidente.

“Cooperar é esquecer-se dos projetos individuais em prol do projeto coletivo.”

(Paulo Braga)



Serviços prestados gratuitamente

Lista da COOPSEF mostra que associado paga apenas por alguns serviços e valores das tarifas são baixos

O cooperado que quer gastar menos e economizar mais usa os serviços e produtos da COOPSEF. A economia começa pelo custo dos serviços prestados pela Cooperativa. Numa lista de 31 modalidades de serviços, 26 são gratuitos e apenas cinco são cobrados, assim mesmo com tarifas bem menores que as praticadas pelos bancos e demais instituições financeiras. Pode conferir.

A cobrança em determinadas situações é uma forma de promover a educação financeira e cooperativista, considerando que os valores são pequenos, mas serve como alerta para o associado, que, com alguns cuidados pessoais, pode evitar o pagamento também por certos tipos de serviços.

Cheque sem Fundos

Para ilustrar, citaremos apenas os poucos casos de cobrança de tarifas, cujos novos valores passam a vigorar a partir de 30/04/2011. Para solicitar a retirada de seu nome do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), o associado pagará R\$ 15,00. O mesmo valor lhe será cobrado quando

ele executar uma contra-ordem (ou revogação) e oposição (ou sustação) ao pagamento de cheque. Será cobrada uma única vez, compreendidas as fases de solicitação provisória de confirmação e de eventual anulação de pedido.

Saldo devedor

Quando houver saque em Banco 24 Horas – Rede Cirrus, será cobrada uma tarifa de R\$ 2,00. No caso de fornecimento de cópia de microfilme, microficha ou assemelhado, em segunda via de documento, a tarifa cobrada é de R\$ 5,00. Haverá ainda uma cobrança de R\$ 10,00 para o caso de adiantamento a depositante (AD), ou seja, quando a Cooperativa concede crédito para cobertura de saldo devedor acima do limite pactuado para o Cheque Especial.

Como se observa e ao contrário de bancos e instituições financeiras, a COOPSEF oferece gratuitamente uma série de serviços e cobra só por alguns poucos. Portanto, quem quiser pagar menos e economizar precisa concentrar suas operações na Cooperativa.

**Pagamento de Sobras exige cadastro atualizado.
Leia com atenção o formulário para pedido de recebimento em espécie.**

Aumentar o Capital ou receber em espécie

O valor das Sobras líquidas foi colocado então em votação. Os associados presentes à AGO decidiram, por unanimidade, que o valor tanto poderá permanecer no Capital quanto ser recebido em espécie. O procedimento será o mesmo do ano passado. Para receber, o interessado deverá se manifestar por escrito até o dia 29 de abril de 2011, utilizando-se de formulário próprio a ser disponibilizado pela COOPSEF em seu site ou na sede e nas representações regionais. O crédito será feito em conta corrente do associado até o dia 31 de maio deste ano.

A Assembleia decidiu também, acompanhando proposta do Conselho de Administração, que os associados que não estiverem cumprindo suas obrigações com a COOPSEF não farão jus ao recebimento das Sobras, uma vez que não contribuíram para a sua formação. Foi delegado ainda ao Conselho competência para dirimir os eventuais questionamentos.

É importante que os associados não percam o prazo estabelecido para fazer o requerimento, por escrito, para receber suas Sobras em espécie. A data limite, portanto, é 29 de abril. Os associados devem ler com atenção as exigências descritas no formulário.

Delegação

Por unanimidade, a Assembleia aprovou ainda a delegação para que o Conselho de Administração faça a aplicação dos recursos do FATES, direcionando-os para o desenvolvimento da COOPSEF, de seus associados e funcionários, conforme previsto na Lei, no Estatuto e no Regimento Interno da nossa Cooperativa.

COOPSEF tem a melhor taxa para adiantar 13º salário

Muitos associados estão fazendo as contas e concluindo que a COOPSEF tem a melhor taxa de juro para adiantamento do 13º salário deste ano. Para que o associado não pague juros absurdos em outras instituições financeiras, a COOPSEF está emprestando para quem quiser adiantar o 13º salário. Antes de se dirigir a qualquer instituição financeira, procure primeiro a sua Cooperativa. O processo é fácil e rápido. E você ainda receberá de volta no final do exercício parte do que pagou de juro.

Para antecipar o 13º salário, o associado precisa preencher a proposta de empréstimo, os Anexos I e II, apresentar cópia de contracheque, cheque pós-datado do banco onde será creditado o pagamento e comprovante de residência, recente. Por determinação do Banco Central, a liberação estará sujeita à análise de crédito.

Você sabia que na sua cooperativa você tem atendimento personalizado, produtos com ótimas condições comerciais e participação nos resultados no final de cada exercício?

Balancetes

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (NOVEMBRO DE 2010)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	69.023.128,11	PASSIVO CIRCULANTE	66.951.390,56
DISPONIBILIDADES	673.326,74	DEPÓSITOS	57.249.752,09
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	275.611,67	Depósitos à vista	1.539.874,06
Carteira Própria	275.611,67	Depósitos a prazo	55.702.831,23
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	41.245.575,03	Outros Depósitos	7.046,80
Central Financeira - COOPERAT	41.245.575,03	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26.212.185,00	Recursos em Trânsito de Terceiros	-
Operações de Crédito	26.413.153,98	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.701.638,47
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(200.968,98)	Cobrança e Arrecad. Tributos	2.214,07
OUTROS CRÉDITOS	573.396,64	Sociais e Estatutárias	8.945.481,01
OUTROS VALORES E BENS	43.033,03	Fiscais e Previdenciárias	144.920,43
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	38.198.904,09	Diversas	609.022,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34.752.607,76	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.452.772,38
Operações de Crédito	35.026.686,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.452.772,38
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(274.078,24)	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.452.772,38
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.446.296,33	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.213.496,42
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.446.296,33	Capital de Domiciliados no País	29.726.572,11
PERMANENTE	6.395.627,18	Reservas de Lucros	5.834.007,23
INVESTIMENTOS	3.551.342,06	Sobras ou Perdas Acumuladas	3.879.275,33
Partic. Colig. e Control. no País	3.551.342,06	Receitas	8.798.838,24
IMOBILIZADO DE USO	2.794.001,52	(Despesas)	(5.025.196,49)
Imóveis de Uso	3.687.372,06		
Outras Imobilizações de Uso	2.399.210,48		
(Depreciações Acumuladas)	(3.292.581,02)		
INTANGÍVEL	50.283,60	TOTAL DO PASSIVO	113.617.659,36
Sistema de Processamento de Dados	121.889,24		
Direito de Uso	43.199,89		
(Amortização Acumulada)	(114.805,53)		
TOTAL DO ATIVO	113.617.659,38		

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2010.
Dilson José de Resende - Diretor Presidente
Antônio de Ávila e Silva - Diretor Financeiro
Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo
José Francisco Coelho - CRC - 23.654 MG

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (DEZEMBRO DE 2010)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	72.431.300,66	PASSIVO CIRCULANTE	69.957.831,48
DISPONIBILIDADES	859.194,89	DEPÓSITOS	59.989.624,62
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	Depósitos à vista	1.763.084,09
Carteira Própria	-	Depósitos a prazo	58.218.493,73
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	49.338.246,54	Outros Depósitos	8.046,80
Central Financeira - COOPERAT	49.338.246,54	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	21.592.764,58	Recursos em Trânsito de Terceiros	-
Operações de Crédito	21.805.292,83	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.968.206,86
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(212.528,25)	Cobrança e Arrecad. Tributos	2.293,64
OUTROS CRÉDITOS	604.762,57	Sociais e Estatutárias	8.883.931,05
OUTROS VALORES E BENS	36.332,08	Fiscais e Previdenciárias	664.661,49
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	37.843.158,44	Diversas	417.320,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34.374.872,31	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.474.762,18
Operações de Crédito	34.630.636,41	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.474.762,18
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(255.764,10)	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.474.762,18
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.468.286,13	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.213.016,50
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.468.286,13	Capital de Domiciliados no País	32.201.310,65
PERMANENTE	6.371.151,06	Reservas de Lucros	5.834.007,23
INVESTIMENTOS	3.551.342,06	Sobras ou Perdas Acumuladas	3.879.275,33
Partic. Colig. e Control. no País	3.551.342,06	Receitas	10.634.692,15
IMOBILIZADO DE USO	2.770.672,21	(Despesas)	(9.336.268,86)
Imóveis de Uso	3.687.372,06		
Outras Imobilizações de Uso	2.401.530,39		
(Depreciações Acumuladas)	(3.318.230,24)		
INTANGÍVEL	49.136,79	TOTAL DO PASSIVO	116.645.610,16
Sistema de Processamento de Dados	121.889,24		
Direito de Uso	43.199,89		
(Amortização Acumulada)	(115.952,34)		
TOTAL DO ATIVO	116.645.610,16		

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2010.
Dilson José de Resende - Diretor Presidente
Antônio de Ávila e Silva - Diretor Financeiro
Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo
José Francisco Coelho - CRC - 23.654 MG

Você sabia que na sua cooperativa você tem atendimento personalizado, produtos com ótimas condições comerciais e participação nos resultados no final de cada exercício?

BALANÇO PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (DEZEMBRO DE 2010)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	73.176.266,80	PASSIVO CIRCULANTE	70.449.045,09
DISPONIBILIDADES	859.194,89	DEPÓSITOS	59.989.624,62
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	Depósitos à vista	1.763.084,09
Carteira Própria	-	Depósitos a prazo	58.218.493,73
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	49.338.246,54	Outros Depósitos	8.046,80
Central Financeira - COOPERAT	49.338.246,54	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.337.730,72	Recursos em Trânsito de Terceiros	-
Operações de Crédito	22.495.380,77	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.459.420,47
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(157.650,05)	Cobrança e Arrecad. Tributos	2.293,64
OUTROS CRÉDITOS	604.762,57	Sociais e Estatutárias	9.375.144,66
OUTROS VALORES E BENS	36.332,08	Fiscais e Previdenciárias	664.661,49
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	37.098.192,30	Diversas	417.320,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	33.629.906,17	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.474.762,18
Operações de Crédito	33.940.548,47	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.474.762,18
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(310.642,30)	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.474.762,18
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.468.286,13	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.721.802,89
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.468.286,13	Capital de Domiciliados no País	32.201.310,65
PERMANENTE	6.371.151,06	Reservas de Lucros	6.351.777,09
INVESTIMENTOS	3.551.342,06	Sobras ou Perdas Acumuladas	4.168.715,15
Partic. Colig. e Control. no País	3.551.342,06		
IMOBILIZADO DE USO	2.770.672,21		
Imóveis de Uso	3.687.372,06		
Outras Imobilizações de Uso	2.401.530,39		
(Depreciações Acumuladas)	(3.318.230,24)		
INTANGÍVEL	49.136,79		
Sistema de Processamento de Dados	121.889,24		
Direito de Uso	43.199,89		
(Amortização Acumulada)	(115.952,34)		
TOTAL DO ATIVO	116.645.610,16	TOTAL DO PASSIVO	116.645.610,16

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2010.
 Dilson José de Resende - Diretor Presidente
 Antônio de Ávila e Silva - Diretor Financeiro
 Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo
 José Francisco Coelho - CRC - 23.654 MG

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (JANEIRO DE 2011)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	72.573.630,52	PASSIVO CIRCULANTE	69.691.318,44
DISPONIBILIDADES	970.486,21	DEPÓSITOS	59.876.386,98
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	Depósitos à vista	1.373.652,20
Carteira Própria	-	Depósitos a prazo	58.496.287,98
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	48.425.348,36	Outros Depósitos	6.446,80
Central Financeira - COOPERAT	48.425.348,36	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.582.031,66	Recursos em Trânsito de Terceiros	-
Operações de Crédito	22.805.101,72	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.814.931,46
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(223.070,06)	Cobrança e Arrecad. Tributos	4.541,07
OUTROS CRÉDITOS	509.893,04	Sociais e Estatutárias	9.327.186,36
OUTROS VALORES E BENS	85.871,25	Fiscais e Previdenciárias	130.023,13
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	37.527.291,74	Diversas	353.180,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34.043.949,50	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.489.818,29
Operações de Crédito	34.300.621,75	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.489.818,29
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(256.672,25)	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.489.818,29
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.483.342,24	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.267.737,63
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.483.342,24	Capital de Domiciliados no País	32.164.167,82
PERMANENTE	6.347.952,10	Reservas de Lucros	6.351.777,09
INVESTIMENTOS	3.551.342,06	Sobras ou Perdas Acumuladas	4.168.715,15
Partic. Colig. e Control. no País	3.551.342,06	Receitas	1.717.537,85
IMOBILIZADO DE USO	2.748.620,06	(Despesas)	(1.134.460,28)
Imóveis de Uso	3.687.372,06		
Outras Imobilizações de Uso	2.404.690,39		
(Depreciações Acumuladas)	(3.343.442,39)		
INTANGÍVEL	47.989,98		
Sistema de Processamento de Dados	121.889,24		
Direito de Uso	43.199,89		
(Amortização Acumulada)	(117.099,15)		
TOTAL DO ATIVO	116.448.874,36	TOTAL DO PASSIVO	116.448.874,36

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2011.
 Dilson José de Resende - Diretor Presidente
 Antônio de Ávila e Silva - Diretor Financeiro
 Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo
 Astor César de Souza Almeida - CRC - 074.613 MG

Você sabia que sendo correntista pode pagar as contas mensais de telefone, energia e água por meio de débito automático?

ATIVO	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	72.431.300,66	65.544.568,28
<i>Disponibilidades</i>	859.194,89	1.098.113,50
<i>Títulos e valores mobiliários (nota 4)</i>	-	825.043,99
<i>Relações Interfinanceiras (nota 5)</i>	49.338.246,54	41.780.361,05
<i>Operações de crédito (Nota 6)</i>	21.592.764,58	21.341.465,89
Adiantamento a Depositantes	17.546,47	26.158,06
Empréstimos	21.787.746,36	21.563.829,14
(-) Provisão para crédito em liquidação	(212.528,25)	(248.521,31)
<i>Outros créditos (Nota 7)</i>	604.762,57	498.199,93
<i>Outros valores e bens</i>	36.332,08	1.383,92
NÃO CIRCULANTE	37.843.158,44	36.438.828,96
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	37.843.158,44	36.438.828,96
<i>Operações de crédito (nota 6)</i>	34.374.872,31	33.134.756,37
Empréstimos	34.630.636,41	33.440.999,38
(-) Provisão para crédito em liquidação	(255.764,10)	(306.243,01)
<i>Outros Créditos (Nota 7)</i>	3.468.286,13	3.304.072,59
PERMANENTE	6.371.151,06	5.629.778,30
<i>Investimentos (Nota 8)</i>	3.551.342,06	2.564.570,03
<i>Imobilizado de Uso (Nota 9)</i>	2.770.672,21	3.045.986,91
<i>Intangível (Nota 10)</i>	49.136,79	19.221,36
TOTAL	116.645.610,16	107.613.175,54

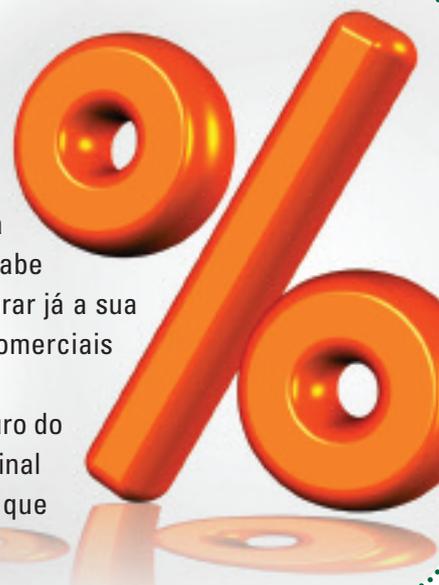
PASSIVO	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	70.449.045,09	65.182.349,48
<i>DEPÓSITOS (Nota 11)</i>	59.989.624,62	55.336.878,44
Depósito à Vista	1.763.084,09	1.684.493,17
Depósitos a Prazo	58.218.493,73	53.646.692,91
Outros Depósitos	8.046,80	5.692,36
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES</i>	10.459.420,47	9.845.471,04
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.293,64	1.923,42
Sociais e Estatutárias (Nota 12)	9.375.144,66	9.267.877,49
Fiscais e Previdenciárias	664.661,49	167.375,87
Diversas	417.320,68	408.294,26
NÃO CIRCULANTE	3.474.762,18	3.298.715,34
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.474.762,18	3.298.715,34
<i>Provisões Para Riscos Fiscais e Trabalhistas (Nota 15)</i>	3.474.762,18	3.298.715,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	42.721.802,89	39.132.110,72
Capital Social	32.201.345,65	27.494.929,87
(-) Capital a Realizar	(35,00)	(25,00)
Reserva de Lucros	6.351.777,09	5.834.007,23
Sobras ou Perdas Acumuladas	4.168.715,15	5.803.198,62
TOTAL	116.645.610,16	107.613.175,54

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antecipação do Imposto de Renda com juro menor

Antecipar a restituição do Imposto de Renda 2011 também é uma boa opção na COOPSEF. O associado que já fez ou prepara sua declaração e sabe que tem direito de receber o IR pago a maior no ano passado pode procurar já a sua Cooperativa. Levantamento feito no mercado aponta que os bancos comerciais oferecem taxas de juros superiores a 2,3% ao mês. Na COOPSEF é menor.

A operação é simples e o associado estará pagando a menor taxa de juro do mercado, sendo beneficiado ainda pelo retorno de parte do que pagou no final do exercício. O empréstimo será quitado em parcela única, na data em que ocorrer o crédito da restituição do IR pela Receita Federal.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de
Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e para os fins previstos no artigo 51 do Estatuto Social, declara que os documentos analisados refletem, em seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da entidade em 31(trinta e um) de Dezembro de 2010(dois mil e dez). As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2010(dois mil e dez) foram examinadas também pelos auditores da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC. Belo Horizonte, aos 26(vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2011(dois mil e onze). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se em ata que vai assinada pelos presentes.


Geber Soares de Oliveira
Coordenador


Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Fiscal


Nelson Gomes de Souza
Fiscal


Ângela Maria Barbosa
Fiscal Suplente

Av. Brasil, 1660 – Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP 30.140-003
PABX: (31) 3269.5700
www.coopsef.com.br coopsef@cdinet.com.br

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, Administração e Cooperados da
 COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA
 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS LTDA. – COOPSEF
 Belo Horizonte - MG

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da C.E.C.M. dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da C.E.C.M. dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da C.E.C.M. dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2011

Rui de Assis Vasconcelos
 Contador CRC MG 075.505/O-3
 CNAI 1915

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Em Reais

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS	Sobras e (perdas) acumuladas	Saldo Atual
	Realizado	(-) Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldos em 30/06/2010	29.615.560,34	(25,00)	5.834.007,23	3.879.275,33	39.328.817,9
Integralização de Capital	670.960,61	(10,00)			670.950,61
Devolução de Capital	(513.420,70)				(513.420,70)
Sobras ou Perdas do Exercício				4.195.707,26	4.195.707,26
Juros ao Capital Social	2.428.245,40			(2.897.283,97)	(469.038,57)
FATES - Atos não Cooperativos				(232.328,68)	(232.328,68)
Destinação das sobras:					-
. Fundo de Reserva			517.769,86	(517.769,86)	-
. Reserva de Expansão					-
. FATES				(258.884,93)	(258.884,93)
Saldos em 31/12/2010	32.201.345,65	(35,00)	6.351.777,09	4.168.715,15	42.721.802,89
Mutações do semestre	2.585.785,31	(10,00)	517.769,86	289.439,82	3.392.984,99
Saldos em 31/12/2009	27.494.929,87	(25,00)	5.834.007,23	5.803.198,62	39.132.110,72
Integralização de Capital	1.348.905,74	(10,00)			1.348.895,74
Devolução de Capital	(4.442.183,50)				(4.442.183,50)
Sobras ou Perdas do Exercício				8.074.982,59	8.074.982,59
Juros ao Capital Social	2.428.245,40			(2.897.283,97)	(469.038,57)
FATES - Atos não Cooperativos				(232.328,68)	(232.328,68)
Incorporação Capital Social Ex-Cooperados				(81.370,25)	(81.370,25)
Transferência Fundo Especial-Exercício Anterior				(350.380,23)	(350.380,23)
Transferência Capital Social-Exercício Anterior	5.371.448,14			(5.371.448,14)	-
Destinação das sobras:					-
. Fundo de Reserva			517.769,86	(517.769,86)	-
. Reserva de Expansão					-
. FATES				(258.884,93)	(258.884,93)
Saldos em 31/12/2010	32.201.345,65	(35,00)	6.351.777,09	4.168.715,15	42.721.802,89
Mutações do exercício	4.706.415,78	(10,00)	517.769,86	(1.634.483,47)	3.589.692,17
Saldos em 31/12/2008	25.347.253,55	(303,00)	5.133.246,77	4.987.446,29	35.467.643,61
Ajuste de Exercícios Anteriores					-
Incorporação	4.888.707,69			(4.888.707,69)	-
Integralização de Capital	1.315.655,76	278,00			1.315.933,76
Devolução de Capital	(4.056.687,13)				(4.056.687,13)
Sobras ou Perdas do exercício				7.007.604,60	7.007.604,60
FATES - Atos não cooperativos				(153.265,29)	(153.265,29)
Incorporação Capital Social Ex-Cooperados				(98.738,60)	(98.738,60)
. Fundo de reserva			700.760,46	(700.760,46)	-
. FATES				(350.380,23)	(350.380,23)
Saldos em 31/12/2009	27.494.929,87	(25,00)	5.834.007,23	5.803.198,62	39.132.110,72
Mutações do exercício	2.147.676,32	278,00	700.760,46	815.752,33	3.664.467,11

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Se um banco ou uma instituição financeira cria dificuldades para você quitar seus débitos e transferir sua dívida para a COOPSEF, reclame. Ligue para o Banco Central no telefone 0800 979 2345. No caso de empréstimo consignado, faça sua reclamação à Seplag, órgão encarregado de efetuar os descontos consignados. Use os telefones 3915.0478 ou 3915.0479, do Setor de Consignação. Você tem direito de pagar juro baixo na sua Cooperativa.

DRE - DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Exercícios findos em:		Em Reais
	2º SEMESTRE 2010	SALDO EM 31/12/2010	SALDO EM 31/12/2009
INGRESSOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.871.974,62	15.294.274,73	14.003.161,25
Rendas de operações de crédito	7.843.147,97	15.246.028,86	13.967.140,40
Rendas de títulos e valores mobiliários	28.826,65	48.245,87	36.020,85
Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez	-	-	-
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.767.865,63)	(4.999.057,50)	(5.482.630,03)
Operações de captação	(2.804.671,70)	(4.996.816,07)	(5.253.431,96)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	36.806,07	(2.241,43)	(229.198,07)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.104.108,99	10.295.217,23	8.520.531,22
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS (DISPÊNDIOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.075.098,59)	(2.311.189,01)	(1.527.851,24)
Ingressos/Receitas de prestação de serviço	14.368,67	26.782,51	19.255,07
Ingressos/Rendas de Tarifas Bancárias	2.974,00	4.487,79	4.523,50
Dispêndios/Despesas com pessoal	(2.074.872,30)	(3.765.646,19)	(3.202.320,99)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.046.587,89)	(2.108.935,05)	(2.026.279,49)
Despesas Tributárias	(41.991,30)	(75.820,80)	(61.778,21)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	2.248.702,17	3.943.919,79	4.285.274,56
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(177.691,94)	(335.977,06)	(546.525,68)
RESULTADO OPERACIONAL	4.029.010,40	7.984.028,22	6.992.679,98
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	223.057,45	313.352,86	192.243,94
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.252.067,85	8.297.381,08	7.184.923,92
DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA	(31.372,82)	(43.021,05)	(23.363,63)
DESPESA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(24.987,77)	(36.636,00)	(23.363,63)
SOBRA (PERDA) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DO JUROS AO CAPITAL SOCIAL	4.195.707,26	8.217.724,03	7.138.196,66
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL SOCIAL	(2.897.283,97)	(2.897.283,97)	-
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	-	(142.741,44)	(130.592,06)
SOBRA (PERDA) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS JUROS AO CAPITAL SOCIAL	1.298.423,29	5.177.698,62	7.007.604,60
DESTINAÇÃO PARA O FATES		(258.884,93)	(350.380,23)
DESTINAÇÃO PARA O FUNDO DE RESERVA		(517.769,86)	(700.760,46)
DESTINAÇÃO PARA OUTROS FUNDOS		(232.328,68)	(153.265,29)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS A DISP. DA A.G.O		4.168.715,15	5.803.198,62
QUANTIDADE DE QUOTAS DE CAPITAL		3 2.201.310,65	27.494.904,87
SOBRAS OU PERDAS POR COTA DE CAPITAL (R\$)		0,13	0,21

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Pegue sua Agenda COOPSEF

Muitos associados ainda não procuraram na sede da Cooperativa, na avenida Brasil, 1660, em Belo Horizonte, ou nas representações regionais do interior, a Agenda 2011 da COOPSEF junto com uma caneta. Esse brinde é do cooperado e pode ser um instrumento bastante útil no seu dia-a-dia.

DFC - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE	Exercícios findos em:		
	2º SEMESTRE - 2010	31/12/2010	31/12/2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.252.067,85	8.154.639,64	7.054.331,86
Sobras (perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social	4.252.067,85	8.154.639,64	7.054.331,86
Contas de resultado credoras	7.871.974,62	15.294.274,73	18.899.401,34
Contas de resultado devedoras	(3.619.906,77)	(7.139.635,09)	(11.845.069,48)
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	2.061,47	162.024,51	392.144,29
(Despesas de amortização)	11.122,31	16.146,28	12.995,55
(Despesas de depreciação)	155.012,64	312.007,25	332.494,39
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	(56.360,59)	(79.657,05)	(46.727,26)
Provisão para Operações de Crédito	(107.712,89)	(86.471,97)	93.381,61
Aumento (redução) em ativos operacionais	2.971.340,72	(885.623,01)	(8.149.307,98)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	1.101.723,39	825.043,99	(34.472,55)
Operações de crédito	2.199.395,35	(1.404.942,66)	(8.182.867,58)
Outros créditos	(322.407,06)	(270.776,18)	69.416,07
Outros valores e bens	(7.370,96)	(34.948,16)	(1.383,92)
Aumento (redução) em passivos operacionais	5.408.510,79	5.442.742,45	2.063.478,95
Depósitos a Vista	496.122,51	78.590,92	(7.577,31)
Depósitos a Prazo	4.837.896,37	4.571.800,82	1.920.891,52
Outros Depósitos	3.076,77	2.354,44	(13.530,58)
Outras Obrigações	71.415,14	789.996,27	163.695,32
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.633.980,83	12.873.783,59	1.360.647,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(47.419,80)	(1.069.526,29)	(217.370,65)
Aquisição de investimentos	-	(986.772,03)	(180.325,09)
Aquisição de imobilizado de uso	(4.219,91)	(36.692,55)	(33.457,66)
Aplicação no Ativo Intangível	(43.199,89)	(46.061,71)	(3.587,90)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(47.419,80)	(1.069.526,29)	(217.370,65)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	(802.722,27)	(4.485.290,42)	(3.343.137,49)
Aumento de Capital Social	670.950,61	1.348.895,74	1.315.933,76
Redução de Capital Social	(513.420,70)	(4.442.183,50)	(4.056.687,13)
Despesas de juros ao capital (IRRF)	(428.515,90)	(428.515,90)	-
Constituição do Exercício - FATES	(258.884,93)	(258.884,93)	(503.645,52)
Transferência Exercício Anterior - Fundo Especial	-	(350.380,23)	-
Transferência Exercício Corrente - FATES Atos não Cooperativos	(232.328,68)	(232.328,68)	-
Cotas de Capital a Pagar	(40.522,67)	(121.892,92)	(98.738,60)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(802.722,27)	(4.485.290,42)	(3.343.137,49)
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	11.783.838,76	7.318.966,88	(2.199.861,02)
Variação Líquida das disponibilidades	11.783.838,76	7.318.966,88	(2.199.861,02)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	837.600,90	1.098.113,50	582.922,56
Centralização Financeira - Cooperativas	37.576.001,77	41.780.361,05	44.495.413,01
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	859.194,89	859.194,89	1.098.113,50
Centralização Financeira - Cooperativas	49.338.246,54	49.338.246,54	41.780.361,05



CHEQUE ESPECIAL
com **2,9%** de juro

Cheque Especial na COOPSEF tem taxa de juro de apenas 2,9% ao mês, a menor do mercado. Parte do juro pago retorna para o associado no final do exercício.

Com isso, a taxa de juro fica ainda menor. A liberação do Cheque Especial depende da abertura de conta corrente e da análise de crédito do associado.



Você sabia que por meio da internet no site www.coopsef.com.br os associados correntistas podem consultar saldos, extratos, fazer transferências e imprimir formulários para solicitar empréstimos?



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. - COOPSEF

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 - (Em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda – COOPSEF é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/04/1980, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda.. – SICCOB CENTRAL CECREMGE e componente do SICCOB - Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. A Cooperativa integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICCOB, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais.

A COOPSEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, tendo sido aprovadas pela administração 17/01/2011.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução 3.604/08 do Conselho Monetário Nacional – CMN, incluem caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Caixa e depósitos bancários	859.194,89	1.098.113,50
Relações Interfinanceiras (Centralização Financeira)	49.338.246,54	41.780.361,05
Total	50.197.441,43	42.878.474,55

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICCOB CENTRAL CECREMGE e do BANCOOB, são avaliados pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

▶ segue

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Foi elaborado junto a profissionais qualificados laudo de avaliação dos imóveis e que não foi identificado necessidade de ajustes. Em relação aos Mobiliários, Máquinas e equipamentos, a cooperativa está realizando inventário para cruzamento dos registros contábeis, tais valores não são relevantes ao contexto da cooperativa.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários da COOPSEF estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Cotas em Fundos de Investimentos	0,00	825.043,99
Total	0,00	825.043,99

5. Relações interfinanceiras

Referem-se a centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa depositada junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado no artigo 37 da Resolução CMN nº 3.859/10.

6. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / Tit. Desc. *	Total em 2010	Provisões 2010	Total em 2009	Provisões 2009
AA		Normal	-	-	-	-	-
A	0,5%	Normal	55.140.210,46	55.140.210,46	275.701,05	52.651.028,72	263.255,14
B	1%	Normal	237.918,26	237.918,26	2.379,18	269.516,26	2.695,16
B	1%	Vencidas	445.369,25	445.369,25	4.453,69	689.130,96	6.891,31
C	3%	Normal	82.817,15	82.817,15	2.484,51	102.675,06	3.080,25
C	3%	Vencidas	52.262,51	52.262,51	1.567,88	620.381,68	18.611,45
D	10%	Normal	2.391,31	2.391,31	239,13	-	-
D	10%	Vencidas	283.886,14	283.886,14	28.388,61	275.012,04	27.501,20
E	30%	Normal	557,55	557,55	167,27	-	-
E	30%	Vencidas	31.109,60	31.109,60	9.332,88	169.702,07	50.910,62
F	50%	Normal	7.898,02	7.898,02	3.949,01	8.870,25	4.435,13
F	50%	Vencidas	16.428,49	16.428,49	8.214,25	127.672,57	63.836,28
G	70%	Normal	510,33	510,33	357,23	-	-
G	70%	Vencidas	11.708,39	11.708,39	8.195,87	11.497,30	8.048,11
H	100%	Normal	15.793,86	15.793,86	15.793,86	-	-
H	100%	Vencidas	107.067,92	107.067,92	107.067,92	105.499,67	105.499,67
Total Normal			55.488.096,94	55.488.096,94	301.071,25	53.032.090,29	273.465,68
Total Vencido			947.832,30	947.832,30	167.221,10	1.998.896,29	281.298,65
Total Geral			56.435.929,24	56.435.929,24	468.292,35	55.030.986,58	554.764,32
Provisões			(468.292,35)	(468.292,35)		(554.764,32)	
Total Líquido			55.967.636,89	55.967.636,89		54.476.222,26	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vincendas (dias):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	6.505.317,89	12.746.754,21	34.630.636,41	53.882.708,51
Total	6.505.317,89	12.746.754,21	34.630.636,41	53.882.708,51

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Inicial	554.764,32	461.382,71
Constituições/Reversões no Exercício	32.455,24	220.535,75
Transferência/Reversões para Prejuízo no Exercício	(118.927,21)	(127.154,14)
Total	468.292,35	554.764,32

▶ segue

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2010	% Carteira Total	31/12/2009	% Carteira Total
Maior Devedor	364.910,9	0,0064	266.697,33	0,48%
10 Maiores Devedores	2.288.169,46	4,0567	1.856.453,60	3,37%
50 Maiores Devedores	7.823.653,27	13,8672	6.842.088,42	12,43%

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Inicial do exercício	2.569.098,14	2.605.236,12
Valor das operações transferidas no período	118.927,21	127.154,14
Valor das operações recuperadas no período	(111.660,65)	(163.292,12)
Total	2.576.364,70	2.569.098,14

7. Outros créditos

Valores referentes as importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Rendas a Receber	439.031,77	290.517,26
Devedores por Depósito e Garantia	3.468.286,13	3.304.072,59
Títulos e Créditos a Receber	90,00	308,41
Devedores Diversos	16.104,35	870,49
Diversos	149.536,45	206.503,77
Total	4.073.048,70	3.802.272,52

8. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuados pelo SICOOB Central Cecemge e aquisição de ações do BANCOOB e outros investimentos, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE	2.777.500,94	1.790.728,91
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	773.841,12	773.841,12
Total	3.551.342,06	2.564.570,03

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2010	31/12/2009
Terrenos	-	583.120,92	583.120,92
Edificações	4%	3.104.251,14	3.104.251,14
Instalações, Móveis e Equipamentos	10%	1.940.957,21	1.919.156,06
Sistema de Processamento de Dados	20%	460.573,18	445.681,78
Total		6.088.902,45	6.052.209,90
Depreciação acumulada		(3.318.230,24)	(3.006.222,99)
Total		2.770.672,21	3.045.986,91

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2010	31/12/2009
Sistema de Processamento de Dados - Software	20%	121.889,24	119.027,42
Outros Ativos Intangíveis	20%	43.199,89	0,00
Total		165.089,13	119.027,42
Amortização acumulada	20%	(115.952,34)	(99.806,06)
Total		49.136,79	19.221,36

11. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Depósito à Vista	1.763.084,09	1.684.493,17
Depósito a Prazo	58.218.493,73	53.646.692,91
Outros Depósitos	8.046,80	5.692,36
Total	59.989.624,62	55.336.878,44

Os depósitos, até o limite de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Sicoob - FGS, o qual é um Fundo constituído pelas Cooperativas do Sistema Sicoob, regido por regulamento próprio.

12. Outras Obrigações

a) Outras Obrigações - Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.	5.901.003,37	5.627.808,78
Fundo de Integração Social	2.409.785,84	2.586.201,95
Fundo Especial	365.789,99	469.623,43
Fundo de Compensação Rotativo	500.000,00	500.000,00
Cotas de capital a pagar	198.565,46	84.243,33
Total	9.375.144,66	9.267.877,49

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

O Fundo Especial é destinado ao auxílio de familiares dos associados da COOPSEF falecidos. Dispõe a disciplina dos valores de indenização do Auxílio Funeral e compensação dos respectivos débitos contratados dos associados falecidos pelas indenizações relativas aos sinistros (Seguro Prestamista). O Fundo Especial conta com uma reserva para aporte acumulada recebendo suprimento de crédito em todas as operações de crédito da COOPSEF, com exceção das acobertadas pelo FCR – Fundo de Compensação Rotativo com seus associados, e exceto também para os casos específicos de liberação de crédito prevista no nosso Regimento Interno / Manual da Política de Crédito e Avaliação dos Riscos. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

O FIS – Fundo de Integração Social é destinado a atividades recreativas, sociais, promocionais e parcerias educacionais de caráter objetivo, correlacionadas com os programas sociais da Cooperativa de forma direta aos seus associados, familiares e parcerias, que não são acobertadas pelo FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. A formação de seus recursos se dá através de verbas destinadas em A.G.O. e ou A.G.E. A classificação desses valores em conta de passivo e segue determinação do plano de contas do COSIF.

O FCR - Fundo de Compensação Rotativo é destinado a cobertura de concessão de crédito aos associados que não se enquadram no Seguro Prestamista e que preencham as condições conforme determinação do Regulamento do FCR. A classificação desses valores em conta de passivo e segue determinação do plano de contas do COSIF.

b) Outras Obrigações - Diversas

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Cheques administrativos (1)	64.777,90	157.838,44
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	0,00	1.195,99
Provisão para Pagamentos a Efetuar	0,00	192.272,06
Despesas de Pessoal	226.836,67	0,00
Outras Despesas Administrativas (2)	57.512,46	0,00
Credores Diversos – País (3)	68.193,65	56.987,77
Total	417.320,68	408.294,26

(1) refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2010.

(2) refere-se a provisionamento de pagamentos a efetuar, relativos a outras despesas administrativas da cooperativa.

(3) refere-se a créditos de responsabilidade da cooperativa perante pessoas físicas e jurídicas pendente de regularização para cuja escrituração não exista conta específica.

c) Outras Obrigações - Diversas - Provisões para riscos tributários e trabalhistas

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
PIS e COFINS	3.462.558,22	3.298.715,34
Trabalhistas	5.727,91	0,00
Outras	6.476,05	0,00
Total	3.474.762,18	3.298.715,34

PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia.

13. Instrumentos financeiros

A COOPSEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em gastos para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/71.

Descrição	2010	2009
Sobras /lucro líquido do exercício	5.177.698,62	7.007.604,60
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(517.769,86)	(700.760,46)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(258.884,93)	(350.380,23)
Lucro líquido decorrente de Resultado não Operacional - apropriado ao FATES – Atos não Cooperativos	(232.328,68)	(153.265,29)
Sobras à disposição da Assembléia Geral	4.168.715,15	5.803.198,62

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 01/02/2010, os cooperados deliberaram pelo aumento do Capital social com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 5.371.448,14.

15. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2010:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
811.080,90	1,5053
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
775.144,11	1,3314

▶ segue

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2010:

OPERAÇÕES ATIVAS – SALDO 31/12/10			
Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	811.080,90	4.055,41	1,5053

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/10		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
775.144,11	1,3314	0,8125

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva
Cheque Especial Limite até R\$ 15.000,00	2,9 %	2,9%
Empréstimos Limite até (10% do PLA)	1,77% a 2,3%	1,77% a 2,3%
Aplicação Financeira – Depósito a Prazo Até R\$ 10.000,00	92% CDI ou 100% CDI	92% CDI ou 100% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL – MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2010	
Empréstimos e Financiamentos	1,5053%
Aplicações Financeiras	1,3314%

No exercício corrente os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2010	
Honorários	602.543,86

19. Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE

A COOPSEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas filiadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, o monitoramento dos controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, em função das atividades de suas filiadas, entre outras.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, de 30 de junho de 2010, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram parecer datado de 17 de agosto de 2010, sem ressalvas. A auditoria de suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 está em andamento.

17. Cobertura de seguros

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica da COOPSEF, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis. 2(dois) processos totalizando R\$ 6.476,05.

Dilson José de Resende
Diretor Presidente

Antônio de Ávila e Silva
Diretor Financeiro

Álvaro César Cunha
Diretor Administrativo

José Francisco Coelho
Contador - CRC - MG. 023.654-6



Ouvidoria da COOPSEF
0800 283 4086
www.coopsef.com.br



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. - COOPSEF

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2010 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2010 a COOPSEF completou 30 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2010, a COOPSEF obteve um resultado de R\$ 5.177.698,62 representando um retorno semestral sobre o Patrimônio Líquido de 12%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 49.338.246,54. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 56.435.929,24.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimo	R\$ 53.843.324,61	95%
Cheque Especial	R\$ 2.575.058,16	5%
Adiantamento a Depositante	R\$ 17.546,47	0,03%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2010 o percentual de 7% da carteira, no montante de R\$ 3.881.844,85.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 59.989.624,62, apresentaram uma evolução em relação ao exercício anterior de 8%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 1.763.084,09	3%
Depósitos a Prazo	R\$ 58.218.493,73	97%
Outros Depósitos	R\$ 8.046,80	0,01%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2010 o percentual de 18% da captação, no montante de R\$ 10.628.893,91.

5. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da COOPSEF é de R\$ 42.721.802,89. O quadro de associados é composto por 6.947 Cooperados, havendo um acréscimo de 1% em relação ao exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A COOPSEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99% nos níveis de "A" a "C".

7. Gerenciamento de Risco

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação risco x retorno para os nossos associados.

A estrutura de gerenciamento dos riscos está composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo Agente de Controle Interno e de Risco (ACIR), pelo Monitor de Controle Interno e de Risco e pela área de auditoria da Central. As estruturas completas para gerenciamento dos riscos estão disponíveis para acesso público na cooperativa.

I - Risco Operacional

A estrutura completa para gerenciamento do risco operacional da Cooperativa, está disponível, para acesso público, nos seguintes endereços eletrônicos: www.cecemrge.org.br

O SICOOB CONFEDERAÇÃO é a entidade definida, na Política Institucional de Risco Operacional, como responsável pelo gerenciamento centralizado do Risco Operacional da Cooperativa.

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco operacional da cooperativa é o Sistema de Controle Interno e Risco – SCIR, integrante do Manual de Controle Interno – MCI.

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco Operacional – MRO.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão demonstradas na sequência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco operacional					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provimento, ao Agente de Controle Interno e de Risco, das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o Agente e o Conselho de Administração.		•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do Agente de Controle Interno e de Risco, comunicação, ao Conselho de Administração, de incorreções na execução do gerenciamento de risco operacional.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

• 1 – Conselho de Administração • 2 – Diretoria-Executiva • 3 – Agente de Controle Interno e de Risco • 4 – Monitor de Controle Interno e de Risco • 5 – Área de Auditoria da Cooperativa Central.

II - Risco de Mercado e Liquidez

A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado da cooperativa está disponível para acesso público, no seguinte endereço eletrônico: www.cecemrge.org.br

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco de mercado

da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado – MRM.

O BANCOOB é a entidade definida, na Política Institucional de Gerenciamento de Risco, como responsável pelo gerenciamento centralizado do Risco de Mercado e Liquidez.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão demonstradas na sequência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco de mercado					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provimento - ao agente de Controle Interno e de Risco - das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o agente e o Conselho de Administração.	•	•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do agente, comunicação - ao Conselho de Administração - de incorreções na execução do gerenciamento de risco de mercado.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

• 1 – Conselho de Administração • 2 – Diretoria-Executiva • 3 – Agente de Controle Interno e Risco • 4 – Monitor de Controle Interno e Risco • 5 – Área de Auditoria da Central.

8. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pela confederação SICOOB Brasil e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais e está

atenta para a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

9. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 07/02/2011, o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Agente de Apoio a Ouvidoria, sendo o Ouvidor centralizado no BANCOOB, de acordo com modelo de componente único de ouvidoria, conforme previsto na Resolução 3.849/10 do Conselho Monetário Nacional. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sitio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG) 19 de Janeiro de 2011.

Conselho de Administração e Diretoria

Dilson José de Resende
 Alvaro Cesar Cunha
 Antonio de Avila e Silva
 Celmar Silveira
 João Feliciano Nunes
 Mauro Ernani Nascimento
 Rita da Penha Ventrin Gloria leal
 Geraldo magela Cotta
 Oscar Dias da Silva

Av. Brasil, 1660 – Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP 30.140-003

PABX: (31) 3269.5700

www.coopsef.com.br

coopsef@coopsef.com.br

Cadastro na COOPSEF

Atualize seu cadastro e receba o "Jornal da COOPSEF" e também informações adicionais, encaminhadas por meio de circulares ou outros documentos. Use o fax (31) 3269.5724 para enviar o formulário "Atualização Cadastral", disponível no site, na sede da Cooperativa e nas representações regionais, anexando um comprovante de água, de luz, telefone ou contrato do imóvel, se alugado.

JORNAL DA COOPSEF



Remetente:
 Coopsef - Av. Brasil, 1660 • Funcionários
 30140-003 • Belo Horizonte • MG
 Telefax: (31) 3269.5700

Impresso Especial

CONT. Nº 9912211389
 ECT/DR/MG
 Coopsef

---CORREIOS---



**IMPRESSO FECHADO
 PODE SER ABERTO PELA ECT**